



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

**BACHARELADO INTEDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**KAROLINY MONTEIRO VIANA LIMA**

**PROJETO DE PESQUISA:**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: DEBATES E PERCEPÇÕES NO  
MUNICÍPIO DE CAPISTRANO- CE**

**REDENÇÃO-CE  
2017**

KAROLINY MONTEIRO VIANA LIMA

**PROJETO DE PESQUISA:**

RELAÇÕES DE GENERO NA ESCOLA: DEBATES E PERCEPÇÕES NO  
MUNICÍPIO DE CAPISTRANO- CE

Projeto apresentado ao Curso de Bacharelado Intedisciplinar em Humanidades da UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como pré-requisito para a obtenção do título de bacharel em Humanidades.

Orientadora: Dra. Violeta Maria De Siqueira Holanda

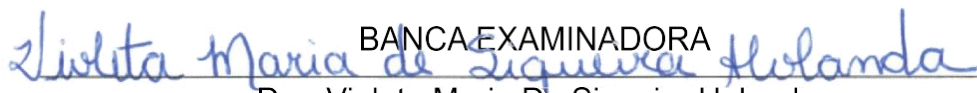
Redenção-ce  
2017

RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA: DEBATES E PERCEPÇÕES NO  
MUNICÍPIO DE CAPISTRANO

Karoliny Monteiro Viana Lima

Aprovado em: 14 / 12 / 2017


Nota: 10,0

  
BANCA EXAMINADORA  
Dra. Violeta Maria De Siqueira Holanda

UNILAB  
(Orientadora)

  
Dra. Janaina Campos Lobo

UNILAB



Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra

UNILAB

**RESUMO:** O projeto surgiu a partir da inquietação de se compreender como a educação formal pode ter relação direta na formação social dos indivíduos quando se refere à temática de gênero. Buscando compreender como a escola pode contribuir para a desmistificação dos estereótipos e preconceitos em relação ao sexo, como é feito o debate da temática e quais os impactos disto na sociedade. O projeto analisa por meio do viés Freiriano de uma pedagogia libertadora as implicações da prática pedagógica em relação aos debates de gênero nas salas de aulas. O trabalho pesquisará as turmas de ensino fundamental II da Escola Ensino Fundamental Fernando Cavalcante Mota, localizado no município de Capistrano, Ceará, através da etnografia e da aplicação de questionários. Como resultado espera-se contribuir como material educativo, informativo sobre a direção didática e pedagógica que envolve os saberes referentes a gênero na perspectiva de compreender como os debates e as percepções dessa temática se gestam no ambiente escolar, quais os recursos utilizados, o suporte pedagógico recebido e quais os avanços já foram alcançados ou que precisam ser alcançados no município de Capistrano, Ceará.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexismo. Escola.

*"O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos."  
Chimamanda Ngozi Adichie*

## SUMÁRIO:

01. APRESENTAÇÃO	05
02. JUSTIFICATIVA	08
03. PROBLEMÁTICA	11
04. HIPÓTESES DO TRABALHO	12
05. OBJETIVOS	13
5.1 GERAIS	13
5.2 ESPECÍFICOS	13
06. METODOLOGIA	13
6.1 O TIPO DE PESQUISA	13
6.2 MÉTODO	14
6.3 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS	15
6.4 ANALISES	16
07. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
7.1 GÊNERO: UMA DEFINIÇÃO HISTÓRICA	16
7.2 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA E O SURGIMENTO DO CONCEITO DE GÊNERO	17
7.3. GÊNERO E EDUCAÇÃO	20
7.4. LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS, À IGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO	21
08. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
09. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
10. ANEXOS	27

## **APRESENTAÇÃO:**

Este projeto surgiu com a intenção de entender como a construção social dos indivíduos tem relação direta como a construção educacional formal, traz como temática central as implicações sobre a abordagem pedagógica em relação ao conteúdo de gênero nas salas de aulas. Com base na compreensão teórica sobre o tema e de observações das práticas educativas, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre a formação da cidadania<sup>1</sup>, através da atuação docente e, especialmente, relacionando a temática de gênero no ambiente escolar, seja por meio do repasse de conteúdos em sala de aula (e fora dela), do material didático utilizado, bem como da política educativa adotada pela gestão escolar.

Este projeto se propõe a pesquisar a Escola de Ensino Fundamental Fernando Cavalcante Mota, especificamente o ensino fundamental II, na cidade de Capistrano, Ceará. Com intuito de observar como se desenvolvem as relações de gênero e as práticas sexistas no ambiente escolar. O interesse pela pesquisa surgiu a partir da experiência de dois anos como monitora de um projeto do governo intitulado “Mais Educação”. Foi na referida escola que comecei a observar seu dia-dia como funcionária. Isso me levou a alguns questionamentos e, principalmente, a relembrar minha experiência de aluna no ensino fundamental. Questionamentos como: “por que meninas quando se machucavam em brincadeiras, de correr, por exemplo, eram criticadas por se misturar com meninos”? “Por que meninos não deviam brincar com meninas? ” Ou “por que raramente era ensinado sobre os feitos históricos das mulheres? ” Vagavam em minha mente.

Após a reunião do Plano Municipal de Educação (PME) que tinha por objetivo planejar as metas para os próximos dez anos do ensino básico no município de Capistrano, com representação de todos os colégios, professores, alunos, universitários e pais, foi que me deparei com a necessidade de pesquisar sobre a temática de gênero nas escolas, pois, muitas foram às metas e as preocupações expressas ali, mas nenhuma se referia as questões de gênero ou a qualquer

---

<sup>1</sup> A cidadania deve ser entendida como a construção coletiva, onde há a tomada de consciência de direitos e deveres e a efetivação exercício dos direitos civis, políticos e socioeconômicos, bem como a participação e contribuição para o bem-estar da sociedade significando a concretização dos direitos humanos que por sua vez declara /que todos os seres humanos devem livres e iguais em direitos. (O que é ser Cidadão - Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>. Acesso em 30/09/2017

temática social, ali ficou claro que a escola já tem muitas demandas e problemas para resolver e essas questões não pareciam de grande relevância.

Segundo a pedagogia libertadora, a educação tem um papel primordial de transformação da sociedade, iniciando já nas relações sociais estabelecidas em seu campo. Trata-se de um método elaborado por Paulo Freire (1967) cuja busca é alfabetizar e ao mesmo tempo, conscientizar/ politizar homens e mulheres pelo diálogo, algo parecido com a maiêutica socrática. Partindo do caráter libertador e não domesticador, como o modelo tradicional da educação. Seria uma práxis educativa capaz de libertar as pessoas de toda situação de opressão, ao qual se encontra sujeito, através da libertação de sua consciência, tornando-o/a crítico/a e reflexivo/a capaz de transformar sua realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva. Isso nos ajuda a perceber as tensões e contradições provenientes das relações conflituosas que envolvem as questões de gênero.

Pois, embora tenhamos um avanço no processo de democratização do ensino e da constituição de práticas pedagógicas modernas, a escola continua como uma instituição que reproduz e alimenta, através do processo de socialização/educação, práticas discriminatórias excludentes quando deveria possibilitar uma construção social e humanizada da/o aluna/o para sociedade, que por sua vez é formada de inúmeras diferenças, dentre elas, a relacionada ao gênero, o que torna a escola o lugar ideal para observar e problematizar as práticas opressoras sexistas e suas consequências, além de ampliar o debate.

“Diferença como relação social” sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas. A categoria “classe trabalhadora”, por exemplo, destaca o posicionamento em estruturas de relações de classe. Mas dizer isso não é apontar simplesmente para a designação de uma situação subordinada dentro de estruturas socioeconômicas e políticas de poder, mas também sublinhar sistemas de significação e representação que constroem a classe como categoria cultural”. (BRAH, 2006, P. 361)

A partir do debate consciente sobre as diferenças, mostrando que as diferenças existem, mas que elas não deveriam legitimar o poder ou submissão e um sexo para com outro, mas que elas também são construídas social e culturalmente, por isso temos que desconstruir a ideia de que há determinados papéis sociais cabíveis apenas para homens e outros apenas para mulheres.



Mesmo que a temática de gênero já tenha sido colocada como tema transversal a ser tratado nas escolas, a efetivação deste debate ainda encontra dificuldades, pois, é visto como uma espécie de doutrinação que vai contra os valores da família tradicional, a questões religiosas e até a vida. Em 2011, o termo Gênero foi retirado do Plano Nacional da Educação (PNE) a partir da proposta parlamentar apoiada por setores conservadores de direita, e defendida por deputados ligados à bancada religiosa, que estabeleceram o projeto de lei nº867/2015, intitulado “escola sem partido”. Estes setores acusavam que PNE estaria fazendo apologia a “ideologia de gênero”<sup>2</sup>.

O movimento “escola sem partido”<sup>3</sup> que diz representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas salas de aulas cuja principal crítica refere-se “a contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”, acusando os professores que tentam trabalhar as temáticas transversais e políticas de fazerem militância político-partidária ou ideológica. O grupo veio ganhando força desde 2015 e o Congresso Nacional começou a debater projetos de lei inspirados na temática, o grupo também apoia a ideia de que temas relacionados à sexualidade e gênero não podem ser abordados nas escolas, pois, são assuntos que cabem apenas aos pais orientarem seus filhos. Recentemente, as expressões Gênero e sexualidade foram suprimidas da versão final do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o que significa um retrocesso na educação e também para as lutas feministas e LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Tal situação reforça a necessidade de estudos e pesquisas nos campos da educação e do gênero, pois, há ainda no nosso país um movimento conservador

---

<sup>2</sup> A “ideologia de gênero” seria mais aptamente compreendida se pensássemos nela como “ideologia do questionamento do binarismo homem/mulher como forma exclusiva de se pensar a respeito de gênero”. Para os estudiosos da área, identidade e sexualidade são parte de construções sociais e culturais, e não apenas fatores biológicos. BURIGO. Joanna. Disponível em: <http://www.laparola.com.br/ideologia-de-genero-existe-sim-mas-sempre-existiu>

<sup>3</sup> Movimento criado com a intenção de defender uma escola “sem interferências políticas”. Busca-se defender a escola de “doutrinações partidárias e ideológicas.” Na verdade, trata-se de mais um movimento conservador que busca, em sua essência, atacar o livre pensamento, a liberdade de pensamento e do exercício da profissão, o pensamento crítico e a pluralidade como princípios democráticos. Diversas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais tramitam projetos de lei que proíbem professores do livre exercício da profissão sob a alegação doutrinação partidária. No entanto, tal projeto tem sofrido algumas derrotas por seu caráter inconstitucional.

que defende o sistema patriarcal<sup>4</sup>, machista e reprodutor das desigualdades de gênero.

### **JUSTIFICATIVA:**

Com o crescimento e a valorização sobre o debate e o combate à discriminação e a desigualdade de gênero no país é preciso pensar que é na escola que temos um contato privilegiado com a sociedade, vivenciando culturas, valores, costumes e condutas diversificadas. Sendo assim, é importante pensar a escola como um espaço também de prática e formação política onde os debates se fazem fundamentais para a prevenção e o combate das desigualdades de gênero, conforme aponta Guacira Louro em sua obra “Gênero, sexualidade e educação”, lemos:

A prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 1997.p 85-86).

A partir disto surgiu à necessidade de preparar nossos/as educadores/as para debater questões de gênero com propriedade e trabalhar suas condutas para assim combater os preconceitos, pois a escola em sua função social segundo as tendências pedagógicas progressistas apresenta-se como um espaço democrático, sendo assim, deve se propor a discussão de questões sociais e possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico.

O que nos faz perceber que o grande problema quando falamos do debate de gênero e a propagação de práticas sexistas nos ambientes escolares está relacionada à postura que a escola tende a tomar nesses casos, que em sua maioria é de preferir não debater abertamente sobre a temática, embora ela esteja presente de forma significativa em seu cotidiano, sejam em conteúdos repassados ou na convivência informal entre professoras/es e alunas/os.

Entretanto, se faz necessário que haja um debate para que se aflore a criticidade e a consciência em toda comunidade escolar, seja entre docentes, discentes, funcionários e a própria família. No sentido de perceber que as relações

---

<sup>4</sup>Conceito utilizado para problematizar as relações de gênero na sociedade contemporânea, comumente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina.

de gênero são culturalmente constituídas e que existem interpretações e maneiras de viver diversas sobre as referidas relações, sejam do ponto de vista apresentado pelos movimentos feministas, LGBTQs, etc. Quando isso não ocorre acaba-se legitimando as desigualdades de gênero, de forma natural e imperceptível, uma vez que as/os educadoras/res muitas vezes estão inseridas/os de acordo com os padrões impostos pela sociedade tradicional.

Assim, acabam (re)produzindo relações hierárquicas entre meninas e meninos, através de algumas ações, seja por meio da linguagem, seja pela interpretação nos livros, ou nos gestos, que de maneira muito singular acabam reforçando as desigualdades e desfavorecendo a igualdade de gêneros. As diferenças entre os gêneros existem, mas é importante salientar que elas não justificam as desigualdades, as diferenças são naturais e enriquecedoras para a vida em sociedade, já as desigualdades são criadas a partir dos preconceitos, causando sequelas graves para a maioria das meninas, sendo usada como pretexto para o abuso de poder e a exploração.

Nas escolas de ensino básico do interior essas características são bem mais marcantes, tanto no quesito social quanto no âmbito do método pedagógico, pois no interior ainda há uma população muito ligada aos padrões tradicionais relacionados a religião e a família. Ou seja, a construção social dos indivíduos é fundamentada ainda na concepção de existir determinados papéis sociais cabíveis ao masculino e ao feminino, como por exemplo meninas são estimuladas a brincar de boneca, pois isso reforça o papel da maternidade e do cuidado com o lar, enquanto meninos são estimulados a brincadeiras fora de casa, como jogar bola, corrida de carrinhos, essas atividades estimulam a exploração do ambiente externo ao lar. Assim gerando culturalmente a ideia de que a mulher deve cuidar da casa (esfera privada), dos filhos enquanto o homem deve trabalhar (esfera pública).

Este modelo é percebível no ensino pedagógico tradicional que se baseia na metodologia educacional proposta por Herbart (1776-1841), em que as aulas são expositivas, professor é a figura de poder que detém o conhecimento, fato que implica na força que as atitudes das/os professoras/es têm sobre a formação sócio pedagógicas das/os alunas/os, estes por sua vez dentro dessa abordagem aprendem pela assimilação do conhecimento, e são vistos como um receptor passivo, resultante de uma disciplina rígida.

Diferentemente desta concepção, a pedagogia libertadora baseada na filosofia Freiriana procura desvendar as relações opressivas vivenciadas pelas/os alunas/os, transformando-as/os para que elas/eles transformem a sociedade. A educação libertadora questiona concretamente a realidade das relações dos indivíduos com a natureza e entre si, visando à transformação para que haja uma educação crítica. Este método passa por três estágios. O primeiro é o da investigação, neste momento, a/o mestre (professor/a) e a/o Aprendiz (aluna/o) debatem as questões que têm maior importância para a/o aluna/o e para interior do grupo no qual ela/ele vive. A segunda etapa é a tematização, este é o momento de conscientização em relação ao mundo, por meio da avaliação dos sentidos sociais assumidos por temáticas e palavras, o que Paulo Freire chama de “temas geradores”<sup>5</sup>, para ele “investigar o ‘tema gerador’ é investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis.” (FREIRE, 1982, p. 115). O terceiro momento é o da problematização, quando o/a professor/a provoca e motiva seus alunos/as a ultrapassarem o ponto de vista desprovido de críticas do meio que ele habita, para que possam então atingir tomada de consciência. Assim FREIRE investiga a temática como “um esforço comum da consciência da realidade e, autoconsciência, que a inscreve como ponto de partida do processo educativo, ou da ação cultural de caráter libertador” (FREIRE. 1982, p. 117)

Por isso, esse projeto se propõe a investigar as questões de gênero na escola E.E.F Fernando Cavalcante Mota sob a perspectiva da educação libertadora que permite colocar as relações de gênero como um “tema gerador” e a partir disso compreender como os debates e as percepções dessa temática se gestam no ambiente escolar, quais os recursos utilizados, o suporte pedagógico recebido e quais os avanços já foram alcançados ou que precisam ser alcançados no município de Capistrano, Ceará.

---

<sup>5</sup> Segundo Freire “esses temas se chamam geradores porque, qualquer que seja a natureza de sua compreensão como a ação por eles provocada, contêm em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas”. (FREIRE, 1982, p. 110).

## PROBLEMATICA:

Podemos começar problematizando a condição das mulheres na nossa sociedade mais especificamente os impactos que o sexismo causa as mulheres seja na vida econômica e/ou social afetando a segurança e até saúde física e psicológica das mulheres. Segundo o senso de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>6</sup> as mulheres são 42% da mão de obra assalariada brasileira enquanto na renda média mensal ganham 27,25% a menos que os homens e representam 60% da população com nível superior completo, ainda segundo uma pesquisa do IBGE de 2015 Mulheres receberam 23,6% a menos do que os homens no referido ano<sup>7</sup>, esses índices demonstram claramente que as mulheres recebem menos apenas por serem mulheres, essa desigualdade salarial provoca danos ainda maiores na vida das mulheres quando analisados de perto, pois as pesquisas mostram que isso pode afetar até a saúde, uma vez que elas trabalham mais ou entram para o trabalho não formal que prejudica seu acesso a saúde de qualidade, em 2013 as mulheres eram 42,7% das atividades informais, contra 41,5%<sup>8</sup> dos homens o que acaba limitando suas oportunidades de entrar no mercado de trabalho, participar do setor formal e ganhar melhores salários com benefícios como previdência e seguro-saúde.

Outro estudo realizado pelo IBGE mostra que o Brasil ocupa a quinta posição no ranking mundial de feminicídio, sendo uma taxa de 4,8 assassinatos em 100 mil mulheres segundo mapa da violência<sup>9</sup>, sem falar nos altos índices de violência doméstica e violência sexual. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)<sup>10</sup>, a Central de Atendimento à Mulher registrou, em 2016, 1.133.345 atendimentos. O número foi 51% superior ao de 2015 (749.024).

Segundo Datafolha 503 mulheres sofreram agressão física a cada hora no Brasil em 2016, e 3,9 milhões sofreram ofensa sexual<sup>11</sup>. Outra pesquisa realizada

<sup>6</sup> Dados disponíveis em: <http://www.politize.com.br/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres/> acesso em 10/10/2017

<sup>7</sup> Fonte: Economia - iG @ <http://economia.ig.com.br/2017-07-05/ibge-diferenca-salarial.html/> acesso em 27/09/2017

<sup>8</sup> Dados disponíveis em: <https://exame.abril.com.br/economia/mulheres-pretos-jovens-e-idosos-lideram-trabalho-informal/> acesso em 10/10/2017

<sup>9</sup> Fonte: <http://www.compromissoeatitude.org.br/secao-sobre-feminicidios/> acesso em 27/09/2017

<sup>10</sup> Fonte: Último Segundo - iG @ <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-08-07/violencia-contra-a-mulher.htm> Acesso em: 10/10/2017

<sup>11</sup> Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/> acesso em 27/09/2017

pelo Datafolha, encomendada Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)<sup>12</sup> – sobre a responsabilização da mulher por atos de violência sexual mostra que 33% da população brasileira consideram que a vítima é culpada pelo estupro. A pesquisa mostrou ainda que 65% da população feminina têm medo de sofrer violência sexual.

Refletindo sobre estes dados e a condição da mulher na nossa sociedade fica perceptível o grande problema que enfrentamos com as questões de gênero, por isso observar como essa temática se desenvolve nas escolas é importante. A pesquisa citada aponta que 91% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que “temos que ensinar meninos a não estuprar”.

A educação é o caminho mais eficaz para mudar o pensamento da sociedade. Há necessidade de se debater sobre as questões de gênero e preparar uma base sólida para combater essas violências a partir da informação e do conhecimento. Trabalhar a temática de gênero nas escolas podem possibilitar uma mudança nos quadros estatísticos da vida das mulheres, cuja discriminação e a violência predominam. Com a promoção deste debate no ambiente escolar ajudará na quebra dos estereótipos e na diminuição do sexismo. Além disto, existe o fato que a educação deve ser emancipatória e libertaria e o desenvolvimento deste modelo de ensino possibilita futuras gerações aprender outros modelos sociais menos estigmatizados.

A educação é um fator fundamental para a prevenção e erradicação da violência, por isso, a escola tem papel fundamental na desconstrução desses estigmas e desigualdades.

## **HIPÓTESES DO TRABALHO:**

**H1-** A escola se constitui um *locus* privilegiado de observação das relações de gênero, haja vista que se configura como espaço formativo de meninas e meninos;

**H2** – Modelos sexistas são (re)produzidos e/ou aprendidos de forma “naturalizada” no ambiente escolar, sejam nas interações entre professor/a-estudante, estudantes-estudantes, direção-aluna/o, direção-professor/a, comunidade escolar-estudante;

---

<sup>12</sup> Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/onu-mulheres-brasil-diz-que-pesquisa-sobre-estupro-reflete-estagnacao-da> Acesso em: 10/10/2017

**H3-** A educação é tomada por uma perspectiva tradicional, o que causa sofrimento, desigualdade e exclusão entre as meninas;

**H4-** Apesar do PCN adotar o gênero como tema interdisciplinar e transversal, a escola possui sérias limitações quanto ao propósito, seja no âmbito da gestão ou da docência.

#### **OBJETIVO GERAL:**

- Compreender como se desenvolvem as relações de gênero e as práticas sexistas no ambiente escolar, considerando a atuação docente e a gestão escolar.

#### **OBJETIVOS ESPECIFICOS:**

- Entender como a postura do professor/a pode contribuir para uma formação sexista.
- Verificar como é discutido as relações de gênero na escola.
- Analisar como a discussão de gênero nas escolas pode ajudar a quebrar os estereótipos em relação ao gênero na sociedade.
- Perceber se os educadores/as baseiam-se nos PCNs para orientar sua prática pedagógica em relação aos assuntos de gênero.
- Identificar como o modelo educacional tradicional pode causar sofrimento e exclusão entre as mulheres.

#### **METODOLOGIA:**

##### *1.1 O tipo de pesquisa:*

O método se refere ao desenho estratégico da efetivação da pesquisa à realidade empírica (MINAYO; SANCHES, 1993), por isso quanto ao caminho metodológico escolhido, optou-se, pela pesquisa qualitativa, pois seu uso nas ciências sociais tem sua especificidade. De acordo com MINAYO (2008), os métodos quantitativos têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática. Suas investigações demonstram a regularidade dos fenômenos. Com esse tipo de pesquisa o pesquisador pode aprofundar-se na compreensão dos fatos que estuda, seja as ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social,

Assim, dialogando com a pesquisa qualitativa este trabalho fará uso também da pesquisa campo tendo em vista que Segundo José Filho (*apud* PIANA 2009) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”

### 1.2 Método:

Como método principal terá a etnografia, a observação participante, visto que, a etnografia como abordagem de investigação científica traz fortes contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio interacionais como a temática abordada neste projeto. Conforme lemos em Magnani:

“O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. ” (MAGNANI, 2002, p.17 *apud* URIARTE, 2012).

Ou seja, é um processo guiado principalmente pelo senso questionador do pesquisador. Logo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o/a pesquisador/a desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa.

Na observação participante, une-se o objeto ao seu contexto, essa é uma das técnicas mais utilizada pelos/as pesquisadores/as que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção da/o pesquisador/a no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, buscando partilhar o seu cotidiano para senti-lo que significa estar naquela situação e conforme o objetivo do trabalho será observado os professores/as, alunos/as, servidores/as e o ambiente escolar como um todo para se compreender o fenômeno das práticas sexistas nas salas de aulas. Para a melhor avaliação desse fato haverá aplicação de questionários semiestruturados na escola.

### 1.2 Participantes e procedimentos:

É importante descrever as/os participantes da pesquisa para que se possa compreender o contexto em que o trabalho será realizado, como a pesquisa se dará na escola Fernando Cavalcante Mota, elaboramos aqui o perfil dessa escola, é pública da rede municipal que atende ao ensino fundamental I e II, localizada na rua



José Saraiva Sobrinho na sede do município de Capistrano, próximo a uma área de vulnerabilidade social conhecida na cidade como Conjunto Planalto, onde se encontra problemas relacionado ao tráfico de drogas e de onde vem 90% das crianças e adolescentes matriculados na instituição. A escola tem um total de 456 alunos entre o fundamental I e II, sendo 246 do sexo feminino e 210 do sexo masculino. A escola tem 45 funcionários/as entre professores/as, gestores/as, secretários/as, auxiliares de limpeza. As/os docentes são compostos/as por 16 professoras e 07 professores, o núcleo gestor é formado por 02 coordenadoras, 01 vice-diretora, 01 diretor e as/os demais funcionárias/os são 14 mulheres e 03 homens.

As/os participantes serão as/os alunas/os do ensino fundamental II com idade entre 11 e 15 anos, professoras/es, gestoras/es e funcionárias/os da escola, para que se posar ter uma visão mais holística de como essas relações se estabelecem na escola.

Assim, serão feitas observações na escola em horários estratégicos, das aulas e do intervalo, levando em consideração para a observação e análise como se montão os grupos de trabalhos nas salas, as brincadeiras, as interações entre os gêneros, registrando como se desenvolve as relações de gênero fazendo uma relação do conteúdo das observações com a discursão teórica que fomenta este trabalho.

Pretende-se entrevistar 04 (quatro) participantes em cada ano, sendo essas representadas por 6º, 7º, 8º, 9º ano. Dessa maneira, serão 16 (dezesesseis) entrevistas qualitativas realizadas. Almeja-se realizar dentre esse número total, 08 (oito) entrevistas, com meninas e 08(oito) com meninos. As/os alunas/os serão escolhidas com base nas observações, as/os alunas/os que mais se destacam na sala enquanto sua postura participativa. Esse tipo de amostragem é conhecido como de julgamento, pois apontam considerações teóricas e prévias que determinados grupos sociais seriam dotados de atitudes mais evidentes para a investigação.

Já com as/os funcionárias/os e gestoras/es da escola pretende-se entrevistar, pelo menos 02 (dois) representantes da gestão, 06 (seis) Professoras/es e 02 (quatro) das/os funcionárias/os, totalizando 08 (oito) entrevistas. A escolha das/os entrevistadas/os também se dará com base nas observações, escolhendo aquelas/es que se demonstram mais sensíveis a temática e quem tem interesse em contribuir com o trabalho. As idas a escola serão previamente agendadas, podendo

ser semanais ou quinzenais, dependendo da disponibilidade de dias e horários da instituição.

### 1.3 *Analises:*

Haverá também momentos de observação nas salas e nos intervalos da escola para que se possam comparar os dados coletados nas entrevistas com os dados colhidos nas observações a fim de um resultado mais completo. Com a ajuda do método etnográfico será analisado as interações no espaço escolar, como as pessoas se organizam, os lugares de interação, momentos de reprodução do sexismo quais as posturas adotadas nesses momentos.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:**

### 1 GÊNERO: UMA DEFINIÇÃO HISTÓRICA

É um desafio falar de gênero um assunto tão complexo e ainda não bem delimitado pelos vários ramos das ciências. Em uma perspectiva tradicional gênero esta comumente ligada ao sexo, o que distingue homens e mulheres, uma configuração binária gênero masculino e gênero feminino, porém nas ciências sociais “gênero é uma construção” como afirma Saffioti (1992) A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Ou seja, os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros.

O que diferencia socialmente as pessoas, nesse sentido, afirma Scott (1991, p. 4) é que “o gênero [...] é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”. Analisaremos o conceito de gênero a partir do seu significado social, demonstrando a importância de que certos modelos de conduta esperados para homens e mulheres são construídos socialmente através dos tempos e não determinados pelo sexo, formulam-se moldes e estes são desenvolvidos a partir das relações determinando papéis e funções, impostos e adaptados pela sociedade para homens e mulheres.

O conceito de gênero enfatiza a pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça, etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. É necessário admitir também que cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais

as feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida (MEYER, 2005, p. 17 *apud* BISCARO, 2009).

Partindo desse pressuposto vamos conceitua-lo aqui por um determinado processo histórico do movimento feminista.

### 1.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA E O SURGIMENTO DO CONCEITO DE GENERO:

O feminismo é um movimento social, político e filosófico, que luta pela equidade entre os gêneros através do empoderamento feminino e da desconstrução dos padrões patriarcais referente as normas de gênero.

O feminismo, enquanto movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. (COSTA. Ana Alice Alcântara, 2005. p.09)

Para entendermos um pouco da trajetória do movimento feminista precisamos entendê-lo em três momentos, o primeiro no século XIX e início do século XX. Denominado a primeira onda do feminismo, que aconteceu na Inglaterra e também França, Canadá, Países Baixos e Estados Unidos, cujas várias mulheres se juntaram para lutar por igualdade política entre os sexos reivindicar seus direitos (educação, propriedades e posses de bens, divórcio, etc.), cujo que mais popularizou foi o direito ao voto ficando conhecido como *sufragismo*.

E nos anos de 1960 iniciou-se uma revolução, o movimento feminista propriamente dito surge com toda a força, formado por mulheres de classe média, brancas instruídas principalmente, nas áreas das Humanidades, foi nesse período que pela primeira vez mulheres falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres, conhecido como a segunda onda do feminismo, nesse período que além das preocupações político-sociais preocupou-se em com a valorização do trabalho da mulher, o direito ao prazer, contra a violência sexual, começa-se nesse período também a construção teórica do movimento, característica de fundamental relevância para compreender que o movimento produz sua própria

reflexão crítica, sua própria teoria que está ao mesmo tempo entrelaçada com a militância que impulsionou o movimento, enlace raro nesse tipo de questão.

Foi nesse momento também que surgiu a partir da construção teórica a preocupação com o termo gênero. Um movimento liderado por mulheres em busca de seus direitos estava começando a incomodar, foi então que alguns pensadores começaram a se interessar em tratar de maneira correta a explicação sobre as diferenças de gênero, tentaram explicar essas diferenças pelo plano biológico defendendo que o estado de submissão das mulheres seria proveniente de seu estado físico. Como rejeição a tal teoria e como resposta a essa visão preconceituosa as feministas começaram a usar o termo gênero para explicar baseadas em teorias sociais às construções das diferenças impostas pela sociedade. Nesse momento a explicação das diferenças entre homens e mulheres, sai do plano biológico e vai para o social, não se nega a existência do plano biológico, porém se enfatiza o poder que a construção social exerce sobre essas características, pois são as relações em sociedade que constroem as diferenças de gênero.

Também é nesse contexto que são publicadas as obras clássicas que embasam o movimento feminista hoje como: *Le deuxième sexe*, de Simone de Beauvoir (1949) *The feminine mystique*, de Betty Friedman (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969), não são apenas produções que servem para embasar o surgimento de um movimento mas também é o começo de um debate e uma representatividade na academia das mulheres e conscientização da relação entre os gêneros, acompanhados de todo um processo de revolução com protestos, marchas para a visibilidade dos estudos sobre a mulher. Inclusive muitos autores atribuem que o conceito de gênero como utilizamos hoje tenha surgido a partir da frase épica “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*” de Simone de Beauvoir (1949) pelo impacto que a afirmação trouxe e de como os estudos de gênero se deram a parti desse evento.

Na terceira onda do feminismo que surge na década de 1990 o grande debate surge no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, ao discutir os paradigmas estabelecidos nas outras ondas, nesse momento se trás para as discursões feministas a micropolítica, ou seja, as relações que constituem essas mulheres enquanto mulheres, nessa perspectiva a preocupação de se levar em

conta especificidades das mulheres, percebendo que as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, assim se faz necessário discutir gênero com recorte de classe e raça. Apesar de que, esse não é um assunto necessariamente novo, ainda na década de 1970 as mulheres negras principalmente as estadunidenses como Beverly Fisher, já denunciavam a invisibilidade das mulheres negras no movimento.

A exemplo disto temos as críticas trazidas por algumas feministas dessa terceira onda, alavancadas por Butler, se baseia no fato de a universalização da categoria Mulher, foi feita tendo em vista a representação política, tendo como base a mulher branca, de classe média, enquanto sabemos que esta forma não representa todas as mulheres, essa crítica dá uma nova roupagem nas discussões de gênero, como Butler aponta "a crítica feminista também deve compreender como a 'categoria mulheres', o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação" (Butler, 2008. P.19) assim faz-se necessário levar em conta os demais marcadores sociais que constrói a categoria "mulheres".

A crítica de Butler também leva consideração o binarismo, ela pontua que a diferença binária entre os sexos é uma construção, já que sexo não é uma característica ou atributo de alguém. Entretanto ela coloca que ser sexuado tem significado estar submetido a um conjunto de regulações sociais, que cria correlações necessárias entre sexo, gênero, prazeres e desejo. Assim Butler vai além da denúncia de que o gênero é uma construção e argumenta que, antes, o próprio sexo é uma construção: "o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura" (BUTLER, 2008, p. 25).

A compreensão do que é o movimento feminista e a contextualização histórica são extremamente importantes para compreendermos que o termo gênero nasce de uma luta, não é apenas uma nomenclatura epistemológica, mas está intimamente ligada a processos históricos, culturais da sociedade. Gênero com todas essas mudanças não se refere hoje apenas a categoria binária do feminino ou masculino, mas é uma área bem mais abrangente que demonstra que o gênero pode se construir de diversas formas a partir de onde o ser humano está inserido.

## GÊNERO E EDUCAÇÃO

Para começamos a falar da relação entre a educação e o debate das relações de gênero, é importante elucidar que de acordo com Louro (1997) a escola enquanto instituição educativa tem uma prática machista, já que essa é concebida a partir de ideologias masculinas e masculinizadoras. E então devemos compreender a educação foi constituída na sociedade brasileira, aqui vamos analisar as duas perspectivas a educação, a via tradicionalista e a via da educação libertadora.

O modelo de educação implantado no Brasil vem desde a época da colonização um modelo que surgiu para converter e colonizar os nativos, cujo era colocado uma figura de poder e a ele atribuído o papel de detentor do conhecimento, e sua função era apenas repassar esse conhecimento e condicionar seus alunos para aceitar tudo que era repassado sem questionar, atribuído assim um papel de submissão para o aluno dentro dessa situação. Basicamente nisso se consiste o método tradicional; com o advento da modernidade algumas mudanças foram ocorrendo nesse processo educativo, surgem ligados aos princípios positivistas e behavioristas cuja educação tem objetivos a atingir, voltada para o aprender e o executar frisando a objetividade pelo método hipotético-dedutivo e dando ênfase nos resultados, formando assim o que podemos chamar de tecnicismo

A educação por uma via tradicionalista ainda remete muito a essa contextualização histórica, ela foca na objetividade e nos resultados, que centraliza o poder na/o professor/a deixando a/o aluna/o ainda numa condição de submissão sem levar em conta a subjetividade desta/e. A educação tradicionalista é uma educação eurocêntrica, colonizadora e patriarcal formadas por homens brancos, que prega o silenciamento, é por muitas vezes racista, elitista, contudo sexista, esta ainda é a educação usada nas salas de aulas do Brasil.

Já a educação libertadora é uma educação que busca a liberdade e autonomia dos indivíduos, advinda da teoria Freiriana, leva em consideração a subjetividade e a função social da pedagogia. Ela prega justamente esse desenraizamento das práticas tradicionais, para a descolonização do pensamento e também para que o espaço educativo seja um ambiente a qual a/o aluna/o se sinta acolhido e respeitado, pois as práticas tradicionais não dão abertura para esse tipo de reconhecimento da/o aluna/o enquanto pessoa e ser social dentro da escola. “A educação como pratica da liberdade, ao contrário naquela que é pratica da

dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. ” (FREIRE, 1970. P.40), ou seja, nesse sentido temos a educação como o entrelaçamento de vários aspectos da ação dos homens e mulheres como protagonistas em seus contextos.

No campo das relações de gênero quando se pensa em instituições se tem a preocupação constante com as construções sociais e culturais de masculino e feminino, pois, ao mesmo tempo em que essas instituições são construídas por pessoas são ao mesmo tempo (trans)formadoras de pessoas, no que se refere a escola essa preocupação tem se acentuado, tendo em vista que:

A escola na visão gramsciana se constituiu num centro de construção e exercício de poder, que enquanto tal se constrói como centro de poder ideológico. Enquanto espaço de hegemonia, a escola convive com processos culturais voltados para a conquista e a manutenção do consenso ativo. [...] na sua dinâmica interna cria possibilidades de processos contra hegemônicos, já que ela se insere em relações sociais históricas e dinâmicas. (ZENAIDE. 2008. p.234)

Ou seja, a escola lida diretamente com as relações de poder e com a construção social desse poder, sendo que também se depara com as diferenças, então a necessidade desse diálogo entre as relações de gênero e a educação para se construir relações entre o saudáveis nesse ambiente. A introdução de assuntos como a construção dos papéis masculino e feminino presente nas relações sociais, construção das identidades de gênero, a divisão sexual do trabalho, a presença dos padrões associados à heterossexualidade, hierarquização de gênero e desigualdade entre homens e mulheres com base na lógica do sexo que resulta no sexismo, são todos temáticas a serem debatidas nas escolas desde ensino básico.

É nesse momento de introduzir os debates que podemos nos deparar com as maiores dificuldades, a primeira relacionada ao próprio termo gênero, tentar modificar todo um imaginário social que se é atribuído a esse termo demanda muito trabalho e didática não só para a compreensão das/os alunas/os, mas das/os professoras/es também.

O pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresentasse como um dos fatores pelos quais professores e professoras na maioria dos casos continuam ensinando, mesmo que

discretamente, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas (FELIPE, 2004, p. 39).

E é devido a essa falta de conhecimento que os discursos sexistas continuam a se propagar nas salas de aulas, a escola desde sempre institui papéis cabíveis ao homem e a mulher, ao primeiro é sempre atribuído atividades físicas, jogos, força. Enquanto a mulher cujo atribuem à fragilidade que até vem muitas vezes como sinônimo de feminilidade, atividades mais voltadas ao magistério, porque ser professora é a única representatividade de profissão mais próxima a questão da maternidade então mais próxima a mulher, muitas vezes atividades relacionadas a educação física são substituídas para meninas por aula de corte e costura, culinária etc. tudo isso é visto com bastante naturalidade no ambiente escolar como se os papéis sociais das mulheres e homens já fossem claramente definidos. Legitimando uma educação sexista geradora de futuras desigualdades.

#### LEGISLAÇÃO E NORMAS RELACIONADAS, À IGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO:

A constituição de 1988 é o maior marco legal que abre caminho para trabalhar os Direitos Humanos no Brasil, pois a demarcação legal indica os direitos, os deveres, as regras. Tudo isso possui enorme impacto no cotidiano das pessoas, mesmo que nem sempre elas estejam conscientes de todas as suas implicações e consequências. Partindo do princípio de igualdade instituído no artigo 5º da nossa constituição o inciso I garante que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988) No entanto tal legislação não pode garantir a efetividade de tais leis. Os direitos das mulheres começam a se consolidar no Brasil a partir dessa data, porém houve também outros documentos defendidos em instrumentos jurídicos internacionais dos Direitos Humanos. Dentre eles podemos citar:

- Convenção nº 100, de 29 de junho de 1951, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor;
- Convenção nº 111, de 25 de junho de 1958, da OIT, sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (em vigor, no plano internacional, desde 1960).
- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979);



- Convenção nº 156, de 23 de junho de 1981, da OIT, sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família;
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994);
- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994);
- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995);
- Protocolo Facultativo à CEDAW (1999);
- Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional - Convenção de Palermo (2000), que produziu o Protocolo de Palermo para Prevenir, Punir e Erradicar o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças (2004);
- Declaração do Milênio (2000);
- IX Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe – Consenso do México (2004). (SECAD, 2007)

Todos esses documentos serviram de bases para as conquistas vindas posteriormente, e para a inclusão do Brasil no discurso dos direitos da mulher, no campo da educação a maior influência veio de um dos comitês da ONU intitulado Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

A principal abertura para a implementação da discussão da igualdade de gênero e prevenção do sexismo nas escolas começou a partir do período de 1995 a 1998, cujo Ministério da Educação e Desportos elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – 9.394, visam estabelecer diretrizes para o currículo do ensino fundamental e ser referência nacional para a prática educacional e as ações políticas no campo da educação. Esses PCNs eram compostos por dois grupos, o primeiro referente às áreas do conhecimento e o segundo direcionado aos temas transversais esses “correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana” (PCN, 1997) Com relação às questões de gênero, indica-se que estas deverão ser trabalhadas nas disciplinas de mostrando os papéis femininos e masculinos como construções sociais:

A discussão sobre as relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. (PCN, 2000)

Foi então que em 2002 o Movimento dos Direitos Humanos começou a elaborar do Programa Nacional de Direitos Humanos II que tinha em sua 172ª meta:

Incentivar a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher. (PNDH, 2002)

Outro documento importante foi Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), que tinha entre suas metas, objetivos e prioridades uma educação inclusiva e não sexista, cuja visava incorporar a perspectiva de gênero e combater os estereótipos, promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da História da humanidade, promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, especialmente negras e índias.

Os documentos que respaldam a discussão de gênero na escola são recentes, e a implementação dessa discussão ainda é algo novo e muito difícil para as escolas, mas precisamos estar atentos de que se foi instituído devido a sua importância e necessidade, pois são direitos assegurados de que a educação tem uma responsabilidade na construção da sociedade e em um momento em que a cidadania enfrenta novos desafios, busca novos espaços de atuação são esses documentos juntamente com a ação que abrem novas possibilidades de trabalhar questões sociais é importante ter o conhecimento de realidades que no passado, significaram e no presente, ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos.

Ainda é preciso destacar aqui que mesmo com a luta pela inclusão das temáticas relacionadas a gênero na educação e os avanços e a criação desses documentos algumas decisões tomadas recentemente significaram um retrocesso nesses avanços como em 2011 o termo Gênero foi retirado do Plano Nacional da Educação (PNE) por conta da movimentação da bancada religiosa no congresso nacional apontarem que o PNE estaria fazendo apologia a denominada por eles “ideologia de gênero”. Em 2017 as expressões Gênero e Sexualidade foram suprimidas da versão final do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é uma perda imensa, isso destrói toda uma base que como acabamos de ver levou anos para serem construídas e vão a total desencontro com o projeto

de promoção da igualdade de gênero e do combate a discriminação da mulher do movimento de direitos humanos que já havia sido instituído em 2002.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa científica é uma das etapas mais importantes e recompensadoras, da formação acadêmica principalmente quando se trata de uma pesquisa de campo como a que se pretende desenvolver nesse trabalho, à medida que ele for se desenvolvendo buscamos compreender e verificar como as relações de gênero se constroem na escola e qual o papel desta na formação cidadã dos indivíduos para ajudar na quebra dos preconceitos e estereótipos de gênero.

E assim, compreendemos que também faz parte do papel da escola criar espaços dinâmicos de debate e reflexão em torno da equidade de gênero que adentram a instituição que escolar ou que são reproduzidas pela mesma, pensando que a maneira como professores/as e gestores/as tratam alunos/as nos diversos espaços e atividades escolares, podem contribuir para o reforço das práticas sexistas como formas de perpetuar o machismo.

Nesse sentido como resultado deste trabalho espera-se contribuir como forma de material informativo sobre a direção didática e pedagógica que envolve os saberes referentes a gênero, como um material de análise e suporte para pesquisas posteriores além de mostrar a importância de se tratar sobre as questões de gênero nas escolas e compreender como os debates e as percepções dessa temática se gestam e se desenvolvem no ambiente escolar, qual o suporte pedagógico recebido e quais os avanços já foram alcançados ou que precisam ser alcançados no município de Capistrano, Ceará.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BIAGIO, Rita de. Meninas de azul, meninos de rosa. Revista criança. Ministério da Educação. Brasília, set. 2005.

BÍSCARO, Claudia Regina Renda. A construção das identidades de gênero na educação infantil. Campo Grande - MS. Universidade Católica Dom Bosco. 2009.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismos e Subversão da Identidade. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008
- Costa. Ana Alice Alcantara O Movimento Feminista No Brasil: Dinâmicas de Uma Intervenção Política. Niterói, V. 5, N. 2, P. 9-35, 1. Sem. 2005
- LIBANÊO Carlos José, As Teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo na Educação. Disponível em:  
<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T1SF/Akiko/03.pdf>
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª Ed. Rio De Janeiro, Paz & Terra. 1987
- FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática de Liberdade. 1ª Ed. São Paulo, Paz & Terra, 1967
- GALVÃO .MCB. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In: Fundamentos de epidemiologia. 2ed. São Paulo: Manole, 2010
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas da Pesquisa Social. 6ªEd. São Paulo. Editora Atlas. 2008
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997
- MINAYO, M.C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, v. 9, n. 3, 239-262, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Temas Transversais. Pluralidade cultural: orientação sexual/Secretaria da Educação. Ensino Fundamental. 2. Ed. RJ,DP&A: 2000.
- SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/300>

**ANEXOS:****QUESTIONARIO PARA AS/ OS GESTORAS/ES:**

1. Como a escola trata as questões referentes a gênero na sala de aula?
2. Há algum suporte pedagógico do município para formação de professores nessa temática?
3. A coordenação tem conhecimento que a temática de gênero deve ser tratada na escola como um tema transversal?

**QUESTIONARIO PARA PROFESSORS/ES:**

1. Qual seria o papel que a escola deve desempenhar no que tange as questões de gênero?
2. Para você é relevante abordar as relações de gênero na escola?
3. Você tem conhecimento que a temática de gênero esta inclusa nos PCNs como um tema transversal a ser tratado na escola?
4. Você considera que existe material e formação para que os professores possam abordar esse tema na sala de aula?
5. Você considera que a escola tende a tomar posturas sexistas em algumas situações?
6. Qual a sua concepção sobre o masculino e o feminino?

**QUESTIONARIO PARA ALUNAS/OS:**

1. O que você entende sobre gênero?
2. O que você entende por sexismo e como ele se relaciona ao gênero?
3. As/os professoras/es debatem ou já debateram sobre isso na sala de aula?
4. Você considera que já sofreu ou já presenciou alguma situação sexista na escola, praticada por colegas ou por professoras/es e funcionárias/os?
5. Sob o seu ponto de vista quando há algum atrito entre os meninos e meninas como as/os professoras/es e a coordenação lida com esse assunto?

**QUESTIONÁRIOS PARA FUNCIONÁRIAS/OS DA ESCOLA:**

1. O que você entende por gênero e sexismo?
2. Você acredita que as/os professoras/es devam trabalhar essa temática nas escolas?
3. Você já presenciou alguma situação sexista na escola, praticada entre as/os alunas/os ou por professoras/es e funcionárias/os?

4. Sob o seu ponto de vista quando há algum atrito entre os meninos e meninas como as/os professoras/es e a coordenação lida com esse assunto?